

RELIGIÃO E ATUAÇÃO DOS PARLAMENTARES MINEIROS NO CONGRESSO NACIONAL (2019 - 2022)

A atuação dos(as) deputados(as) e senadores(as) que, no Congresso, compõem as frentes parlamentares religiosas é analisada, neste texto, a partir de dados coletados e de metodologias desenvolvidas pelo Instituto de Estudos da Religião (ISER). Esses elementos foram, então, cotejados com sete votações legislativas federais que vêm sendo analisadas pela Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos do Nesp.

O ISER é uma instituição que busca promover estudos e ações voltadas para a garantia de direitos e consolidação da democracia brasileira, nos quais a questão religiosa é o centro norteador. O Instituto categorizou a atuação dos representantes legislativos federais dos 26 estados brasileiros e do Distrito Federal no âmbito das frentes parlamentares religiosas, mapeando os congressistas mais atuantes em cada uma delas.

AS FRENTES PARLAMENTARES DEDICADAS AO TEMA DA RELIGIÃO

As frentes parlamentares são organizações suprapartidárias registradas na Câmara dos Deputados, podendo ser mistas, ou seja, compostas por deputados(as) e senadores(as), ou formadas exclusivamente por deputados(as) federais. As frentes são tematicamente orientadas para representar dado segmento da sociedade, debatendo temas de natureza social, laboral, ambiental, educacional, religiosa, entre outros. Alguns exemplos são a Frente Parlamentar da Agropecuária, a Frente Parlamentar de Incentivo à Leitura e a Frente Parlamentar dos Transplantes.

As Frentes Parlamentares Católica (FPC), Evangélica (FPE) e de Matriz Africana (FPMA).

O registro de frentes parlamentares na Câmara dos Deputados foi criado a partir do Ato da Mesa nº 69 de 10/11/2005, em cujo Art. 2º “considera-se Frente Parlamentar a associação suprapartidária de pelo menos um terço de membros do Poder Legislativo Federal, destinada a promover o aprimoramento da

legislação federal sobre determinado setor da sociedade”. Até sua institucionalização, essas articulações políticas ocorriam de maneira informal.

A Frente Parlamentar Mista Católica Apostólica Romana (FPC) foi criada em maio de 2019 com o objetivo de “defender os princípios éticos, morais, doutrinários defendidos pela Igreja Católica Apostólica Romana”, conforme justificativa constante no Requerimento de criação da Frente. Ademais, no inciso III do Art. 2º do Requerimento de criação dessa Frente consta como finalidade da FPC “assessorar aos deputados federais e senadores na elaboração e votação de projetos que atendam às finalidades da Frente Parlamentar”.

Os propósitos da Frente Parlamentar Evangélica (FPE), registrada em abril de 2019, são “fiscalizar os programas e as políticas governamentais voltadas à proteção da família, da vida humana e dos excluídos e acompanhar a execução das mesmas, bem como participar do aperfeiçoamento da legislação brasileira do interesse da sociedade e ainda do debate dos grandes temas nacionais”, de acordo com o Requerimento nº 1051 de 2019.

A Frente Parlamentar Mista em Defesa dos Povos Tradicionais de Matriz Africana (FPMA) foi criada em outubro de 2019, com o objetivo de “promover o conhecimento e o valor universal dos povos tradicionais de matriz africana [...] como patrimônio da humanidade, que une a todos(as) independentemente de gênero, raça, crença religiosa, orientação sexual, filiação partidária ou qualquer outra característica”, conforme consta na Ata de Fundação, Requerimento

2637 de 2019.

A primeira formação da frente evangélica data de 2004, (embora, informalmente, a “bancada evangélica” remonte a 1987), sendo, portanto, a mais antiga do Congresso Nacional, ainda que se articulasse de maneira informal. A frente católica, por seu turno, foi consolidada apenas em 2015. Assim como a frente evangélica, também a frente católica tem a religião como seu principal norteador.

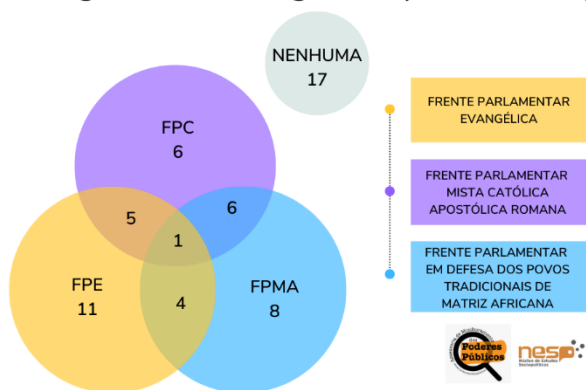
Ambas as frentes discutidas no parágrafo anterior diferem da FPMA, cuja identidade religiosa se manifesta indiretamente no objetivo de valorização dos povos tradicionais de matriz africana. Cabe ressaltar que a primeira constituição da FPMA data de 2011, sob a alcunha de Frente Parlamentar em Defesa das Comunidades Tradicionais de Terreiros. É digno de nota que nenhum dos deputados signatários da FPMA se declara pertencente a religiões de matriz africana.

No gráfico seguinte, é possível visualizar a distribuição dos 58 parlamentares de Minas Gerais entre as três frentes parlamentares religiosas, assim como aqueles que não pertencem a nenhuma delas. A frente evangélica (FPE) é a mais numerosa com 11 parlamentares, seguida pela frente de matriz africana (FPMA) com 8 e a frente católica (FPC) com 6. Somam-se ainda 16 parlamentares que compõem duas ou mais frentes. Desse modo, a FPE totaliza 21 parlamentares, a FPMA 19 e a FPC 18. Por fim, é necessário apontar que 17 parlamentares mineiros não são signatários de nenhuma frente religiosa.

É necessária a assinatura de, pelo menos, um terço dos deputados para se criarem as frentes

na Câmara. Desse modo, a grande maioria dos parlamentares é membra passiva e não participa de seu núcleo de articulação. Já os “agentes de influência”, de acordo com o ISER, se caracterizam pela alta capacidade de articulação, agregação e trânsito entre os diversos atores políticos. Em outras palavras, o “agente de influência” é a liderança responsável pelo funcionamento da frente parlamentar, participando efetivamente e orientando suas pautas políticas em prol dos valores e causas nucleares à organização temática legislativa.

Parlamentares mineiros nas frentes religiosas no Congresso (2019-2022)



O caráter religioso dessas três frentes (FPMA e, sobretudo, a FPC e a FPE) pode não implicar, necessariamente, uma violação da laicidade do Estado, pois elas tendem a se constituir como grupos de interesses legítimos, chegando a ser indispensáveis ao processo democrático.

Contudo, por vezes a atitude religiosa adquire conformações típicas do fundamentalismo religioso¹. Em tal caso, a atuação parlamentar baseada em uma religiosidade fundamentalista

¹ Consiste em uma leitura literal das Escrituras Sagradas sem contextualização ou atualização histórica.

se converte em mero instrumento de expansão de uma crença particular, impondo-a aos demais, como se toda a sociedade devesse ser regida sob os preceitos daquela doutrina de que o parlamentar é seguidor. Semelhante processo acaba resultando na radicalização política, que, por sua vez, justifica e promove discursos e práticas que ferem diretamente o princípio básico da democracia: a tolerância.

PERFIL RELIGIOSO DE DEPUTADOS(AS) E SENADORES MINEIROS

A presente análise sobre o perfil religioso dos parlamentares (deputados(as) federais e senadores) de Minas Gerais abrange aqueles em exercício e fora de exercício – são 55 deputados federais (2 fora de exercício e 53 em exercício) e 4 senadores (1 fora de exercício e 3 em exercício).

Como mencionado, utilizou-se neste estudo um levantamento do ISER sobre o Congresso, mas ali não se apresenta o perfil religioso de todos os parlamentares de Minas Gerais, faltando informações sobre 14 deles. Assim, a Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos do Nesp entrou em contato por telefone e/ou e-mail com os gabinetes dos parlamentares, em busca de informações que pudessem completar a planilha sobre a identidade confessional dos(as) deputados(as) e senadores mineiros.

Quanto à religiosidade, os parlamentares mineiros se declaram da seguinte maneira: 35 são católicos(as), 11 evangélicos(as), 2 “cristãos”, 1 espírita, 2 sem religião e 7 sem informação. A categoria “cristãos” é uma

Fundamentalistas buscam submeter a sociedade a suas crenças e dogmas, sem dialogar com outras múltiplas visões e manifestações socioculturais.

autodeclaração de dois congressistas, que não especificaram a qual confissão religiosa se vinculam dentro do espectro cristão.

É curioso ressaltar que nenhum dos parlamentares de Minas Gerais se identifica como pertencente a religiões de matriz africana, embora a FPMA seja uma Frente com 19 parlamentares mineiros signatários e a “agente de influência”, a deputada Áurea Carolina, consta como não praticante de religião nenhuma no levantamento do ISER.

Apesar de 60% dos parlamentares federais mineiros serem católicos (esse número é, provavelmente, maior, dado que não foram obtidas informações de 7 deputados), a FPC é a menor em número de signatários mineiros.

CONFISSÃO RELIGIOSA DO PARLAMENTAR NÃO FOI DETERMINANTE NAS VOTAÇÕES MAIS IMPORTANTES DESTA LEGISLATURA

A Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos do Nesp compilou sete votações entre as mais relevantes do Legislativo Federal (até o primeiro semestre de 2022) e identificou os(as) deputados(as) e senadores mineiros que votaram pela aprovação das seguintes pautas:

Reforma da Previdência, PL da extensão da posse de armas em propriedade rural, PL da grilagem, PLP da autonomia do Banco Central, Desestatização da Eletrobras, PEC dos precatórios e PL do veneno.

São propostas que reduzem direitos e ampliam privilégios da elite política e econômica do país, além de outros danos como prejuízos à saúde pública ou aumento da insegurança.

Tendo em vista a identidade confessional dos deputados federais mineiros e as votações mencionadas em termos proporcionais, 60% dos parlamentares de Minas Gerais na Câmara Federal que se declaram católicos votaram ‘sim’ para 4 ou mais das propostas; 72% dos deputados evangélicos votaram a favor de 4 ou mais proposições; os 2 únicos parlamentares que se autodeclaram genericamente como “cristãos” apoiaram amplamente grande parte das votações; o único espírita da bancada mineira nesta legislatura também votou favoravelmente às propostas apresentadas; dentre os(as) 2 deputados(as) que se alocam na categoria “sem religião”, um deles foi favorável a 6 votações. Nota-se que aqueles identificados como evangélicos são proporcionalmente predominantes, mas os dados não permitem inferir que a identidade religiosa tenha sido determinante para a conduta dos parlamentares nessas votações.

CONFESSIONALIDADE E APOIO ÀS VOTAÇÕES DOS PARLAMENTARES MINEIROS NO CONGRESSO NACIONAL (2019 - 2022)

7 VOTAÇÕES analisadas

Reforma da Previdência, PL da extensão da posse de armas em propriedade rural, PL da grilagem, PLP da autonomia do Banco Central, Desestatização da Eletrobras, PEC dos precatórios e PL do veneno.

O único deputado espírita mineiro apoiou amplamente as votações.

Dentre os 2 deputados autodeclarados "sem religião" de Minas Gerais, 1 deles apoiou amplamente as votações.

Os 2 parlamentares mineiros autointitulados "cristãos" votaram a favor de 4 ou mais dessas proposições.

60% dos parlamentares mineiros católicos votaram a favor de 4 ou mais dessas proposições.

72% dos parlamentares mineiros evangélicos votaram a favor de 4 ou mais dessas proposições.



No entanto, quando consideramos os números absolutos, os votos dos(as) deputados(as) e senadores de Minas Gerais que contribuíram para a aprovação das sete votações são maiores entre os católicos(as), pois são maioria.

(55,5%) vieram de católicos(as), 51 (22%) de evangélicos(as), 28 (12%) sem informação, 10 (4,5%) de cristãos, 6 (2,5%) de espíritas; e 6 (2,5%) de parlamentares que se declaram como sem religião.

Os Projetos de Lei (PL)², as Propostas de Emenda à Constituição (PEC)³, a Medida Provisória (MP)⁴ e o Projeto de Lei Complementar (PLP)⁵ aqui considerados somam 228 votos favoráveis dos parlamentares mineiros, dos quais, 127

² O Projeto de Lei (PL) pode ser proposto por deputados ou senadores, ou por iniciativa popular. Depois de apresentado, o projeto é distribuído pelo presidente da Câmara dos Deputados para as comissões temáticas que tratam dos assuntos correlatos a ele, até três no máximo. Para aprovar o projeto, é necessária a maioria simples dos votos, em turno único.

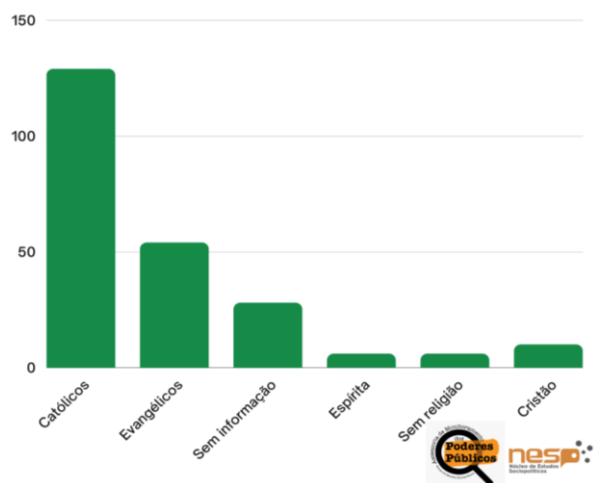
³ A Proposta de Emenda à Constituição (PEC) pode ser apresentada pelo Legislativo ou Executivo federais e não pode violar as cláusulas pétreas da Constituição. A

aprovação depende dos votos favoráveis de 3/5 dos deputados em dois turnos de votação e deve ser aprovada nas duas Casas legislativas.

⁴ A Medida Provisória (MP) é um instrumento adotado pelo presidente da República, em casos de relevância e urgência para o país. Produz efeitos imediatos, mas depende de aprovação do Congresso para que seja transformada definitivamente em lei.

⁵ PLP é uma proposição destinada à elaboração de Lei Complementar.

Votos, por religião, dos parlamentares mineiros nos 7 projetos analisados pelo Nesp



Em suma, a análise do perfil religioso dos parlamentares mineiros no âmbito federal e das votações mais acaloradas no debate público dos últimos anos revela que a identidade

religiosa dos(as) deputados(as) e senadores do estado não influenciou seu posicionamento nos temas abordados nesta análise. Parlamentares vinculados a diversas confissões religiosas foram favoráveis às pautas votadas, sem interesse manifesto pelos danos potenciais e efetivos das medidas aprovadas.

Em particular, chama a atenção o fato de que os(as) deputados(as) e senadores católicos apresentaram papel significativo para aprovação dessas pautas, a despeito do fato de que elas contrariam a Doutrina Social⁶ da Igreja Católica e posicionamentos oficiais da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB).

⁶ Presente em documentos oficiais da Igreja Católica desde o século XIX a partir de preceitos básicos do Evangelho, a Doutrina Social age como instrumento de

reflexão sociopolítica diante das injustiças do mundo contemporâneo, e de combate a problemas sociais e ambientais, orientando a conduta cristã a promover a caridade e a “amizade social”.

Perfil religioso dos 59 parlamentares mineiros no Congresso Nacional (2019 - 2022)

Parlamentar/ Partido	Religião	Frente Parlamentar religiosa	Parlamentar/ Partido	Religião	Frente Parlamentar religiosa	Parlamentar/ Partido	Religião	Frente Parlamentar religiosa	Parlamentar/ Partido	Religião	Frente Parlamentar religiosa
Aécio Neves - PSDB	Católica	Nenhuma	Enéas Rels - União	Evangélica	Frente Evangélica	Luís Tibé - Avante	Sem Informação	Nenhuma	Reginaldo Lopes - PT	Católica	Frente Católica: Frente de Matriz Africana
Aelton Freitas - PP	Católica	Nenhuma	Euclides Pettersen - PSC	Católica	Frente Evangélica	Marcelo Álvaro Antônio - PL	Evangélico	Nenhuma	Rodrigo de Castro - União	Católica	Frente de Matriz Africana
Alê Silva - Repub.	Católica	Frente Católica: Frente Evangélica	Fábio Ramalho - MDB	Católica	Frente Evangélica	Marcelo Aro - PP	Sem Informação	Frente Católica	Rogério Correia - PT	Católica	Frente Católica: Frente de Matriz Africana
André Janones - Avante	Evangélica	Nenhuma	Franco Cartafina - PP	Católica	Frente Católica	Mário Heringer - PDT	Católica	Frente de Matriz Africana	Stefano Aguiar - PSD	Evangélico	Frente Católica: Frente Evangélica
Bilac Pinto - União	Sem Informação	Frente de Matriz Africana	Fred Costa - Patriota	Católica	Frente Católica: Frente Evangélica	Margarida Salomão - PT	Católica	Frente de Matriz Africana	Subtenente Gonzaga - PSD	Católica	Frente Católica: Frente de Matriz Africana
Cabo Junio Amaral - PL	Evangélica	Frente Evangélica	Greyce Elias - Avante	Evangélica	Frente Evangélica	Mauro Lopes - PP	Católica	Frente Católica: Frente de Matriz Africana	Tiago Mitraud - Novo	Sem Informação	Nenhuma
Charles Evangelista - PP	Católica	Nenhuma	Hercílio Diniz - MDB	Católica	Frente Evangélica	Misaél Varella - PSD	Católica	Frente Evangélica	Vilson da Fetaemg - PSB	Católica	Nenhuma
Delegado Marcelo Freitas - União	Católica	Nenhuma	Igor Timo - Podemos	Católica	Nenhuma	Newton Cardoso Jr. - MDB	Católica	Frente Evangélica	Wellton Prado - PROS	Cristão	Frente Católica
Diego Andrade - PSD	Católica	Frente Evangélica	Júlio Delgado - PV	Católica	Nenhuma	Odair Cunha - PT	Católica	Frente Católica	Zé Silva - Solid.	Católica	Frente Católica: Frente de Matriz Africana
Dimas Fabiano - PP	Cristão	Nenhuma	Lafayette de Andrada - Repub.	Sem religião	Frente Católica	Padre João - PT	Católica	Frente de Matriz Africana	Zé Vitor - PL	Católica	Frente de Matriz Africana
Domingos Sávio - PL	Católica	Frente Evangélica: Frente de Matriz Africana	Léo Motta - Repub.	Evangélica	Nenhuma	Patrus Ananias - PT	Católica	Frente de Matriz Africana	Senador: Alexandre Silveira - PSD	Sem Informação	Sem Informação
Dr. Frederico - Patriota	Católica	Frente Católica: Frente Evangélica	Leonardo Monteiro - PT	Católica	Frente Católica: Frente de Matriz Africana	Paulo Abi-Ackel - PSDB	Sem Informação	Nenhuma	Senador: Antônio Anastasia - PSD	Católica	Nenhuma
Eduardo Barbosa - PSDB	Espírita	Frente Evangélica: Frente de Matriz Africana	Lincoln Portela - PL	Evangélica	Frente Evangélica: Frente de Matriz Africana	Paulo Guedes - PT	Católica	Nenhuma	Senador: Carlos Viana - PSD	Evangélico	Nenhuma
Emidinho Madeira - PL	Sem Informação	Frente Católica	Lucas Gonzalez - Novo	Evangélica	Frente Evangélica	Pinheirinho - PP	Católica	Frente Evangélica: Frente de Matriz Africana	Senador: Rodrigo Pacheco - PSD	Sem Informação	Frente Católica: Frente Evangélica
Áurea Carolina - PSOL	Sem religião	Frente de Matriz Africana	Eros Biondini - PL	Católica	Frente Católica: Frente Evangélica: Frente de Matriz Africana	Gilberto Abramo - Repub.	Evangélica	Frente Evangélica			

*Compõe o núcleo de articulação da Frente de Matriz Africana.

*Compõe o núcleo de articulação da Frente Católica.

*Compõe o núcleo de articulação da Frente Evangélica.

*O senador Antônio Anastasia renunciou ao cargo, em fevereiro de 2022, para assumir o cargo de ministro do Tribunal de Contas da União (TCU).

Fonte:

<https://www12.senado.leg.br/radio/l/noticia/2022/01/28/antonio-anastasia-se-despede-do-senado-na-proxima-semana>
<https://docs.google.com/spreadsheets/d/1IClmvRaUjXeVtLgknYDJKKQ7HN27BYbCkzzDs8BnYw/edit#gid=1223425815>

CRÉDITOS

A análise publicada em *Contextus* não representa a opinião da PUC Minas ou da Arquidiocese de Belo Horizonte. Sua publicação, sob responsabilidade exclusiva do Núcleo de Estudos Sociopolíticos – Nesp, obedece ao propósito de estimular a reflexão sobre a conjuntura política e outros aspectos de interesse social.

Desde o início de 2021 (edição n. 43), a produção e a publicação do *Contextus* passaram a ser realizadas pela *Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos*, serviço de análise política criado e coordenado pelo Nesp para acompanhar a conjuntura política nos 28 municípios que compõem a área de abrangência da Arquidiocese de Belo Horizonte.

Núcleo de Estudos Sociopolíticos

Avenida Dom José Gaspar, 500 – Prédio 30 - CEP: 30.535-901 - Belo Horizonte - MG
Site: www.nesp.pucminas.br | E-mail: nesp@pucminas.br | Telefone: 3319-4978

Grupo Gestor

Representantes da PUC:

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza (Coord.)

Representantes da Arquidiocese de Belo Horizonte:

Frederico Santana Rick - VEASPAM
José Zanetti Gonçalves – RENSE

Conselho Editorial

Claudemir Francisco Alves
Rachel de Castro Almeida
Robson Sávio Reis Souza

Equipe da Assessoria de Monitoramento dos Poderes Públicos

Ana Camila Moreira
Claudemir Francisco Alves (Coord.)
Kelly Cristine Meira
Marcelo Gomes

Redatores

Ana Camila Moreira
Claudemir Francisco Alves (Coord.)
Kelly Cristine Meira

Créditos imagem capa

<https://www2.congressonacional.leg.br/visite>

